



TECENDO UM PLANEJAMENTO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTRATÉGIAS EM REDE FORMATIVA

**Janaína Gonçalves De Oliveira
Sandra Salete de Camargo Silva
2024**

UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná
PROFEI
**Programa de Mestrado Profissional em Educação
Inclusiva**

Autoras

Janaíne Gonçalves De Oliveira
Sandra Salete de Camargo Silva

Ilustrações

Freepink.com
Flávia Schena Rotta
Design Gráfico

Taysa Regina Rosalin Maiorky



PROFEI - Mestrado Profissional em
Educação Inclusiva em Rede



PARA SABER MAIS

CLIQUE NO ÍCONE

O48t Oliveira, Janaíne Gonçalves de
Tecendo um planejamento colaborativo na Educação Infantil: estratégias em rede formativa [recurso eletrônico] / Janaíne Gonçalves de Oliveira; Sandra Salete de Camargo Silva. Paranaguá: Unespar, 2024.
23f.; il.

Recurso Educacional (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional – Área de Concentração: Educação Inclusiva) – Universidade Estadual do Paraná.

ISBN 978-65-86807-78-3

1. Planejamento colaborativo. 2. Educação Infantil. 3. Formação de professores. I. Silva, Sandra Salete Camargo de. II. Universidade Estadual do Paraná. III. Título. IV. Formação de professores(as): planejamento colaborativo uma perspectiva inclusiva na Educação Infantil

CDD 371.302 8
23. ed.

Ficha catalográfica elaborada por Leociléa Aparecida Vieira – CRB 9/1174.

SUMÁRIO

COMO EXPLORAR ESSE E-BOOK.....	05
APRESENTAÇÃO.....	06
I-BREVES APONTAMENTOS CONCERNENTES AOS DOCUMENTOS NORMATIVOS E ORIENTADORES.....	07
II- PLANEJAMENTO COLABORATIVO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR.....	10
III- PLANEJAMENTO INCLUSIVO: IMPLEMENTAÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM COM FOCO NO PLANEJAMENTO COLABORATIVO.....	16
REFERÊNCIAS.....	21

“A educação como direito fundamental rompe as barreiras de atos e narrativas; se efetiva por sujeitos(as) no coletivo dos processos, das práticas e das atitudes reais e concretas de inclusão” (Silva, 2024, não publicado).



COMO EXPLORAR ESTE E-BOOK

Este e-book é de livre acesso e foi construído em uma perspectiva do trabalho colaborativo para vocês professores(as), gestores(as) e pedagogos(as) da Educação Infantil, para que juntos(as) possamos construir uma educação cada vez mais inclusiva. Este material é de fácil acesso.

Em cada seção são apresentados alguns *hiperlinks*. Ao clicar no ícone indicado terá acesso a textos complementares ao tema apresentado.

Para voltar na página do *e-book* em que você estava, clique na seta para esquerda que está ao lado da barra de endereço do navegador.

Ao final do e-book você encontra os PLANEJAMENTOS construídos de forma colaborativa com os professores do Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, do município de Porto União – SC.

Professor(a), esperamos que este material possa contribuir para sua prática pedagógica, auxiliando na construção do planejamento colaborativo inclusivo.



APRESENTAÇÃO

O objetivo geral deste *e-book* é proporcionar um estudo através de um material formativo aos professores(as) da Educação Infantil, a fim de fomentar práticas que contemplem as habilidades e potencialidades das crianças com ou sem deficiência, fortalecendo o planejamento colaborativo com práticas pedagógicas inclusivas.

Este *e-book* é um recurso educacional elaborado a partir dos estudos da pesquisa de dissertação intitulada *Formação de professores(as): planejamento colaborativo, uma perspectiva inclusiva na Educação Infantil*, da Mestranda Janaíne Gonçalves de Oliveira, orientada pela Profa. Dra. Sandra Salete de Camargo Silva, e coorientadora Dra. Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, no curso de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (Profei) vinculado à Unespar – *Campus União da Vitória*, no ano de 2024, na linha de pesquisa *Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva*.

O *e-book* foi elaborado a partir da realidade na qual a pesquisadora está inserida, bem como da necessidade identificada no contexto escolar.

Ressaltamos que os encontros de formação continuada com grupo colaborativo foram realizados como parte da pesquisa, assim construiu-se o *e-book*, mediante colaboração dos(as) professores(as) e gestor do Núcleo de Educação infantil Trem da Alegria, do município de Porto União, SC.

Os encontros formativos possibilitaram reflexões sobre o planejamento e a troca de experiência com os(as) professores(as), sendo organizados em três momentos, com encontros presenciais e estudos complementares. Observa-se, assim, como são importantes essas oportunidades de formação docente continuada em uma perspectiva inclusiva.

Quero agradecer pela participação dos professores que, a partir de discussões, auxiliaram na elaboração deste *e-book*, especialmente na construção do planejamento colaborativo respaldado nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem, bem como na organização e aplicação dos planos de aula individuais, assim, possibilitaram a construção dos conhecimentos que serão aqui compartilhados.

Espera-se que este material possa contribuir nos temas discutidos, colaborando com práticas pedagógicas ainda mais inclusivas na Educação Infantil.

Sustentados e apoiados na perspectiva de um trabalho colaborativo entre todos os profissionais da escola, gestão, professores do ensino regular da classe comum, professora do atendimento educacional especializado, seguimos com os caminhos realizados em um processo formativo que foi distribuído em três encontros com grupo colaborativo.

BREVES APONTAMENTOS CONCERNENTES AOS DOCUMENTOS NORMATIVOS E ORIENTADORES

Para iniciar nossos estudos necessitamos rever alguns documentos normativos que orientam a educação especial inclusiva. Serão abordados os principais marcos legais e diretrizes que fundamentam as práticas inclusivas.

Vale ressaltar algumas Conferências Internacionais que aconteceram e começaram a influenciar fortemente o contexto educacional brasileiro com documentos norteadores:



Esses encontros internacionais resultam na criação de documentos que servem como referência para o desenvolvimento de políticas educacionais em diferentes nações, incluindo o Brasil.

Os documentos normativos estabelecem as diretrizes, padrões e regras que orientam a implementação das políticas, práticas e procedimentos. Eles servem para garantir a conformidade com legislações, assegurar que as ações sejam realizadas de forma consistente, eficiente e dentro dos parâmetros legais e éticos estabelecidos. Além disso, esses documentos buscam assegurar direitos, promover a inclusão, e garantir que todos os indivíduos e organizações ajam de acordo com os princípios e objetivos definidos.

DOCUMENTOS NORMATIVOS



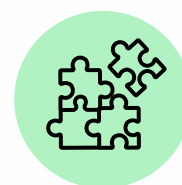
1988
Constituição
Federal



1990
Estatuto da
Criança e
Adolescente



1996
Lei de Diretrizes e
Bases da Educação Nº
9.394/96
Vem para atualizar
a constituição de
1988



2015
Lei
Brasileira de
Inclusão
(LBI)



PARA SABER MAIS
CLIQUE NO ÍCONE

Já os documentos orientadores fornecem as diretrizes, recomendações e sugestões para guiar a elaboração e implementação das políticas, práticas e processos. Diferentemente dos documentos normativos, que têm força de lei, os documentos orientadores não se fazem obrigatórios, mas são importantes para apoiar decisões, promover práticas assertivas, além de assegurar a coerência e qualidade nas ações realizadas. Esses documentos ajudam a estruturar currículos, planejar estratégias pedagógicas alinhadas aos objetivos educacionais, buscam uniformizar, garantindo que as ações estejam em consonância com os princípios e metas estabelecidas, mesmo que não sejam de cumprimento obrigatório.

Nesse sentido, os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são:



PARA SABER MAIS
CLIQUE NO ÍCONE

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

AEE

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

ACESSO

[...] a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

TRANSVERSALIDADE

[...] da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado.

ESCOLARIZAÇÃO

Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino.

FORMAÇÃO

Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.

PARTICIPAÇÃO

Participação da família e da comunidade.

ACESSIBILIDADES

Acessibilidades urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

ARTICULAÇÃO

Prevê a Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

No ano de 2023, o Governo Federal lançou o Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), o plano pretende assegurar a capacitação de professores, melhorias na infraestrutura, transporte e recursos da Tecnologia Assistiva e pedagógica, apresentando quatro eixos principais: **Expansão do Acesso, Qualidade e Permanência, Produção de Conhecimento e Formação** (Brasil, 2024).

PARA SABER MAIS
CLIQUE AQUI

PLANEJAMENTO COLABORATIVO E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

Para favorecer a aprendizagem em um contexto escolar inclusivo, o trabalho colaborativo entre os professores é essencial.

Conforme Oliveira (2023, p. 115), “O trabalho colaborativo dentro da escola é uma das únicas formas de alcançar os princípios capazes de tornar uma escola inclusiva”.

No entendimento de Oliveira (2023), o trabalho colaborativo não é apenas uma reunião com um grupo de pessoas, e sim o desenvolvimento ou a implementação das práticas pedagógicas que são construídas e avaliadas posteriormente. Sendo assim, é necessário planejar o trabalho colaborativo principalmente com o apoio da gestão escolar.

Para desenvolver um trabalho colaborativo, é importante compreendê-lo como um princípio da cultura escolar a fim de desenvolver um espaço produtivo, valorizando o potencial de cada profissional, alcançando os objetivos propostos de maneira eficiente, dialógica e inclusiva.

OBJETIVO

Para configurar a colaboração, todos necessitam de um objetivo comum.

TRABALHO COLABORATIVO

VOLUNTARISMO

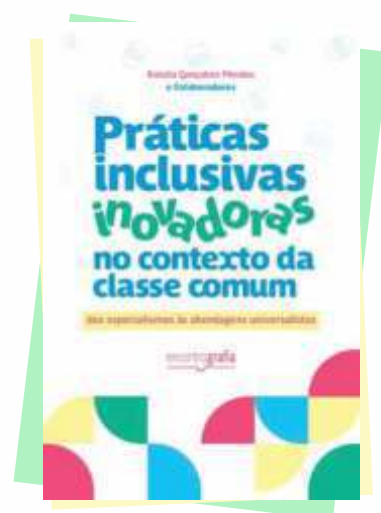
O voluntarismo implica na vontade de compartilhar, de somar, de aprender juntos, porque quando não há vontade, não há colaboração.

PARIDADE

Implica a ausência de hierarquia, uma relação em que não há quem oriente ou mande e alguém que obedeça ou siga passivamente alguma sugestão. Nessa relação, as experiências são somadas, as sugestões são fornecidas e aquelas viáveis são testadas.

Fonte: Mendes (2023).

O livro contém sete capítulos iniciando com a formação de professores, apresentando abordagens universalistas, princípios colaborativos e inclusivos, Suporte de Multicamadas e Desenho Universal para Aprendizagem.



REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

É necessário repensar os ambientes escolares, olhar para o núcleo de educação infantil e mediante um trabalho colaborativo reorganizar buscando sempre novas formas de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças.

Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Porto União, SC,



Os professores têm um papel fundamental na construção de um ambiente inclusivo para todos, para realizarem sua função social como educadores devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas [...] (Porto União, 2022, p. 50).

O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense pontua que

Resgatar a dignidade e o direito à educação de todos requer, fundamentalmente, a ampliação de recursos e de qualidade na efetivação das aprendizagens dos estudantes, formação continuada e permanente aos profissionais da educação, a criação de uma cultura escolar mediada pelo trabalho colaborativo entre os educadores e os gestores com a corresponsabilidade de viabilizar a integração da Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva no projeto político pedagógico da unidade educativa (Santa Catarina, 2019, p. 107-108).



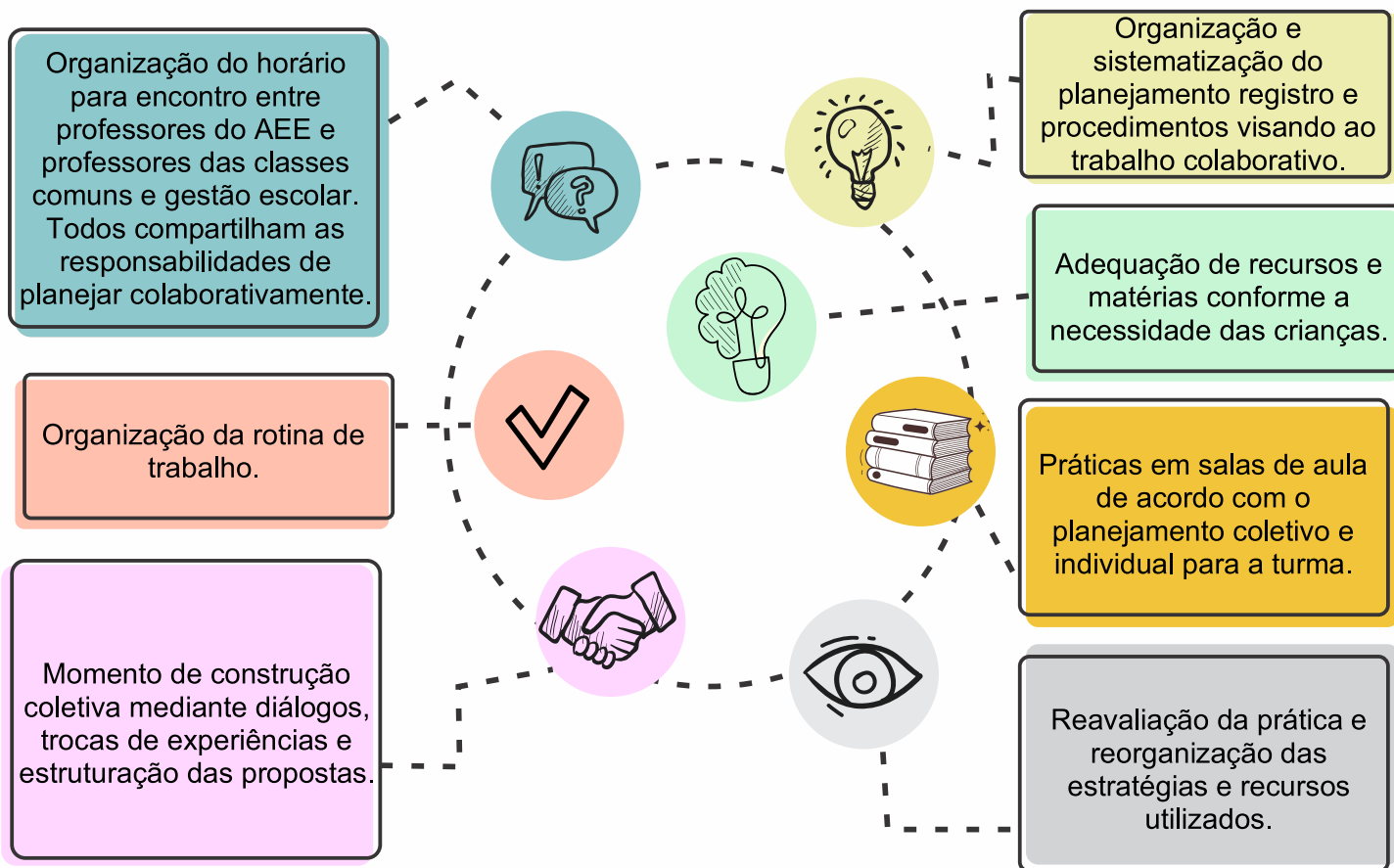
Reorganizamos os momentos para realizar o planejamento no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, usando os períodos de Conselho de Classe para observar e realizar as trocas de informações referentes às necessidades e potencialidades das crianças, traçando metas pedagógicas, dialogando com toda a equipe, assim posteriormente organizamos o planejamento de forma colaborativa. No próximo encontro avaliamos as práticas aplicadas.



CLICA AQUI

Por isso, a importância da Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), pois é neste momento que possibilita o encontro e o desenvolvimento das ações entre todos(as) os(as) professores(as), assim a gestão escolar tem a possibilidade de reorganizar os encontros entre os professores do ensino comum e professores do AEE.

PLANEJAMENTO COLABORATIVO



Para seguir pensando em um Núcleo de Educação Infantil Inclusivo observamos nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Porto União, os principais caminhos a serem percorridos para a efetivação de um processo inclusivo, pontuando que as escolas inclusivas são acolhedoras, acessíveis e democráticas, pois todas as crianças são valorizadas, respeitadas e ouvidas; nesse sentido, as especificidades das crianças são vistas como potencialidades e não como deficiências. Assim, um novo paradigma de educação tem como base a pluralidade, as diferenças e a troca de saberes (Porto União, 2022).

De acordo com as Diretrizes, para que a inclusão se efetive e reorganizar o espaço escolar algumas barreiras devem ser superadas, como as barreiras arquitetônicas, atitudinais, metodológicas, comunicacionais e programáticas.

Aspectos Conceituais

Ações que Exemplificam

Acessibilidade Atitudinal

Ajuda a extinguir todos os tipos de atitudes preconceituosas ou discriminatórias que, porventura, podem impedir o desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência.

Interesse de gestores na implementação de ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a amplitude, incluindo a participação de pessoas com deficiência dessa gestão. A priorização de ações como essas também é um forte indicador da existência de acessibilidade atitudinal em quaisquer instituições.

Acessibilidade Metodológica

Facilita o acesso ao conteúdo programático oferecido pelas instituições de ensino, ampliando estratégias de ensino e aprendizagem.

Adoção de perspectivas do desenho universal para aprendizagem por parte dos professores. Adequação, diversificação e flexibilização curriculares, incluindo aspectos sobre tempo e uso de recursos para viabilizar a participação dos estudantes com deficiência. Lembrando que alguns recursos demandam participação da gestão institucional.

Acessibilidade Programática

Contribuir para iniciativas de formação profissional e social no combate ao preconceito, formas de discriminação e de mais atitudes que impeçam ou dificultam o acesso aos recursos e serviços oferecidos pela sociedade, promovendo a inclusão e a equiparação de oportunidades.

Ocorre quando as instituições presentes na sociedade promovem processos de sensibilização que envolvam conhecimentos e aplicação de dispositivos legais e políticos relacionados à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Isso tem a ver com acessibilidade e atitudinal também. Acessibilidade programática também pode ser visualizada e vislumbrada em legislações.

Acessibilidade Instrumental

Possibilita a acessibilidade em todos os instrumentos, utensílios, recursos e equipamentos utilizados na instituição de ensino e na vida diária do estudante, empregando-se conhecimentos da área de Tecnologia Assistiva.

Essa forma de acessibilidade está relacionada com todas as outras e é possível visualizar na qualidade dos processos de inclusão social escolar, pois quanto mais ações de inclusão são vistas mais efetivo é esse tipo de acessibilidade.

Acessibilidade nas Comunicações

Visa transpor obstáculo em todos os âmbitos da comunicação, considerada nas suas diferentes formas: falada, escrita, gestual, língua de sinais, digital, entre outras.

Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença de intérprete de libras, guia intérprete e materiais e/ou dispositivos de comunicação alternativa nas mais distintas instituições e espaços públicos.

Fonte: adaptado de Oliveira (2023, p. 107-108).

Sem a acessibilidade atitudinal, mesmo que os direitos das pessoas com deficiência sejam assegurados por legislações específicas, sua implementação continuará sendo um desafio em várias áreas. É crucial lembrar que o respeito e a garantia do direito à educação são fundamentais para possibilitar a participação social. Devemos enfatizar que a acessibilidade atitudinal implica respeitar as diferenças, entendendo que elas são uma parte essencial da natureza humana (Oliveira, 2023).

A superação das barreiras pode ser superada mediante a luta do coletivo, buscando forças e respaldo no trabalho colaborativo no espaço escolar.



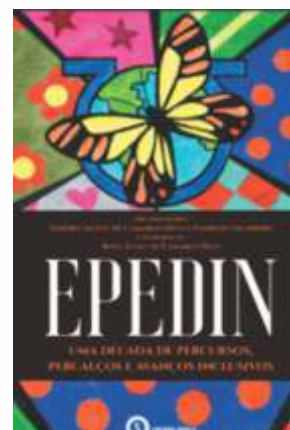
Sou professora do ensino comum e, no momento do planejamento colaborativo, buscamos estratégias, materiais e recursos que facilitem o desenvolvimento dos(as) alunos(as), conforme as necessidades, buscando por Acessibilidade Instrumental.



Sou professora do AEE, participo do planejamento colaborativo no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, assim, com professores do ensino comum e AEE juntos traçamos estratégias para eliminar as barreiras para plena participação dos estudantes.



Clica na capa do livro e tenha acesso a 17 capítulos, que evidenciam resultados de projetos de pesquisa e extensão dos participantes do espaço coletivo de educação Epedin.



Ressaltamos aqui a importância da gestão escolar para o desenvolvimento do planejamento colaborativo. Conforme Mendes, Viralunga e Zerbato (2014), a equipe gestora desempenha um papel fundamental na articulação, sendo responsável por disseminar uma cultura colaborativa, por gerenciarem tanto os recursos humanos quanto os materiais, promovendo capacitações para a equipe em serviço. Além disso, são responsáveis por definir os horários de planejamento, as funções, entre outros aspectos.



Agora que estamos por finalizar essa seção, evidencio que juntos estamos reorganizando nosso Núcleo, realizando decisões pautadas no planejamento colaborativo.

Importante esse olhar da gestão na reorganização também dos momentos/horários para que ocorra o Planejamento



Importante ressaltar que realizávamos um trabalho coletivo no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria e, no ano de 2024, buscamos ampliar e caminhar para o Trabalho Colaborativo, tendo em vista a formação com o grupo colaborativo e a formação municipal.

PLANEJAMENTO INCLUSIVO: IMPLEMENTAÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM COM FOCO NO PLANEJAMENTO COLABORATIVO

Neste capítulo abordaremos os princípios do DUA e como foi implementado no planejamento colaborativo na Educação Infantil, para promover uma educação inclusiva para todos(as).

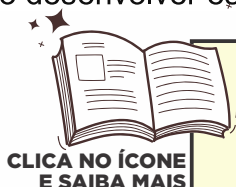
Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Porto União, o processo de ensino e aprendizagem, uma das questões centrais na aquisição do conhecimento na Educação Infantil, quanto em qualquer outra modalidade de ensino, é a organização da metodologia, definição dos meios, recursos, abordagens e critérios para o desenvolvimento das aulas, sendo essencial para garantir que os alunos possam aproveitar ao máximo os conhecimentos abordados (Porto União, 2022). Assim, o planejamento, além de ser um documento pedagógico, representa “[...] um conjunto de atividades e estratégias metodológicas, com objetivos didáticos metodológicos para desenvolver o processo ensino/aprendizagem” (Porto União, 2022, p. 57).

O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense evidencia “[...] o desenho universal para aprendizagem com a finalidade de ampliar as alternativas e as possibilidades de estratégias e aprendizagens por meio de adequações e diversificações curriculares em articulação com os profissionais do atendimento educacional especializado” (Santa Catarina, 2019, p. 108).

Nessa tendência evidenciamos os estudos e formações em torno do Desenho Universal para a Aprendizagem. Para Oliveira (2023), o DUA está diretamente ligado às perspectivas inclusivas, pois considera as diferenças as características que constitui o seu humano.

O Design Universal para Aprendizagem (DUA) envolve a criação de estratégias que facilitam a acessibilidade para todos(as), tanto em termos físicos quanto no que diz respeito a serviços, produtos e soluções educacionais. O propósito é assegurar que todos(as) possam aprender sem restrições ou barreiras (CAST, 2013).

O conceito de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) tem como objetivo desenvolver estratégias que facilitem o processo inclusivo.



DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM

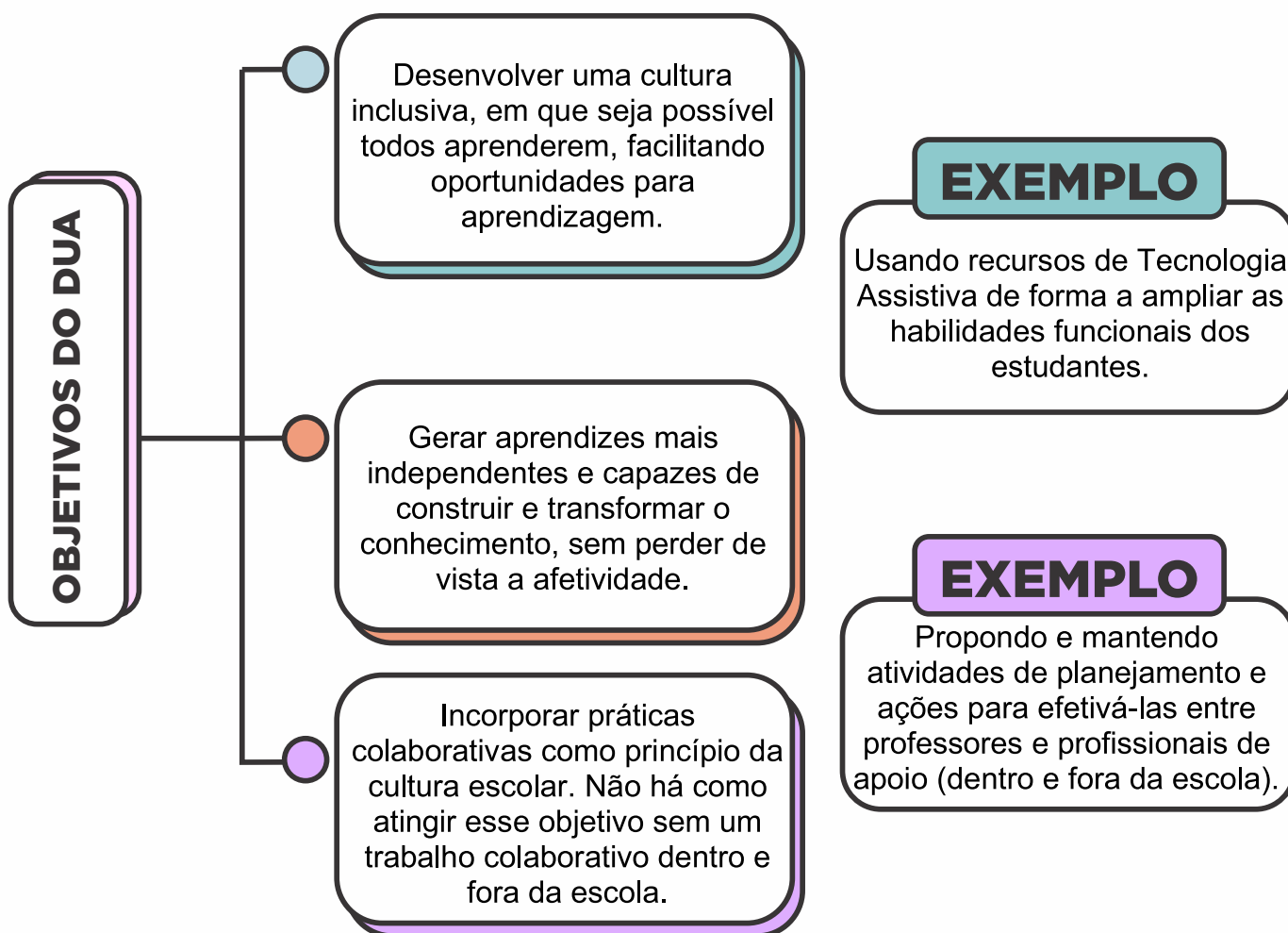
Fonte: CAST (2024).

CAST (2024). Diretrizes de Design Universal para Aprendizagem versão 3.0. Recuperado de

Link <https://udlguidelines.cast.org>

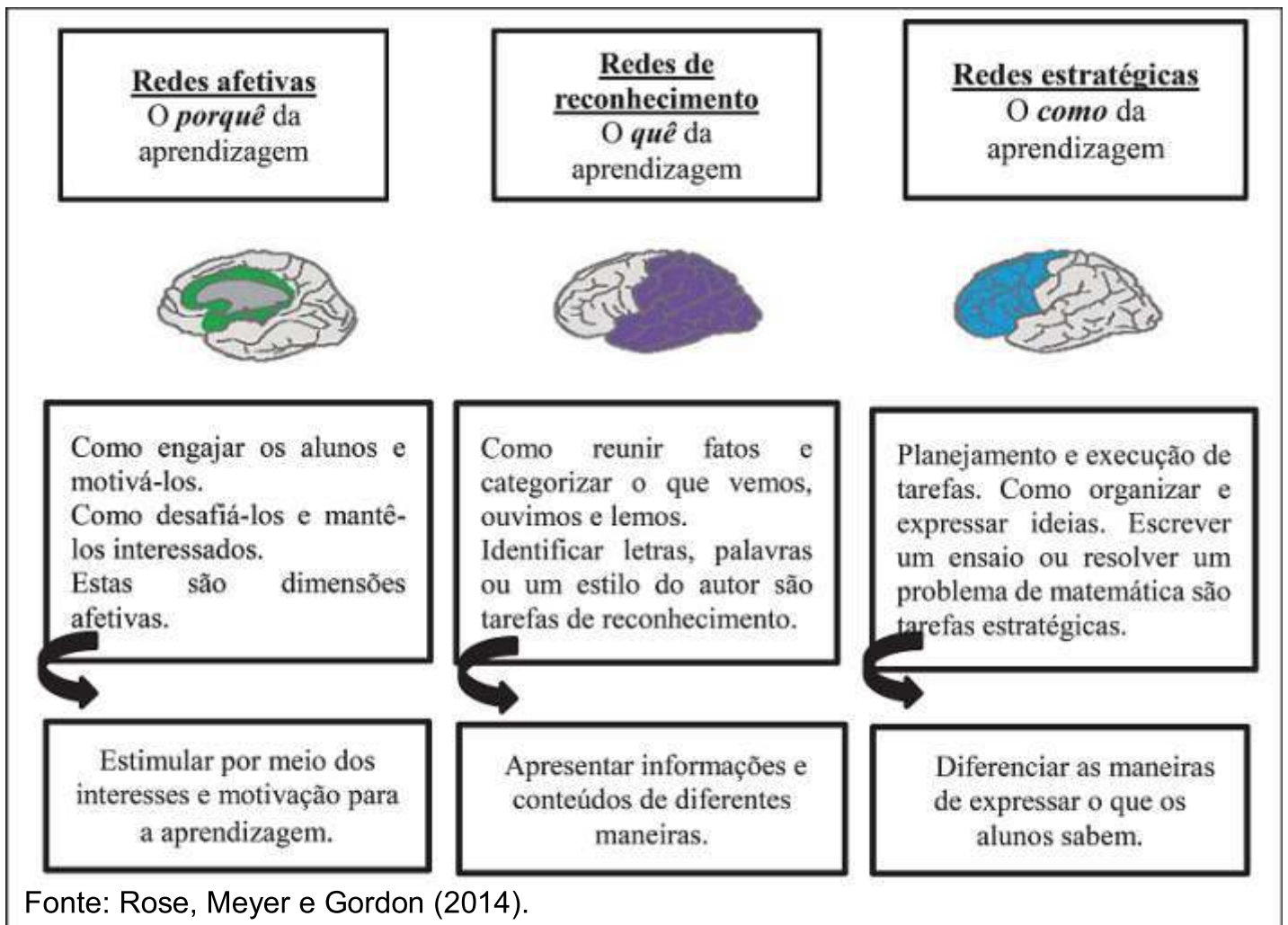
Para isso, é necessário a reorganização, adotando estratégias para promover o aprendizado de todos os estudantes. Esse processo envolve a superação de barreiras e a criação de oportunidades para aprendizados significativos, sendo fundamental o planejamento pensado para todos(as).

“Assim, ao invés de planejar duas aulas diferentes, dirigida a primeira para um/uma ou alguns/as estudantes em específico e outra para a turma, o DUA propõe um único plano de aula que seja acessível a todos/as o que muda são os meios como cada estudante vai chegar a esse conhecimento” (Romano; Zerbato; Mendes, 2023, p. 120).



Fonte: adaptado de Oliveira (2023, p. 104).

A abordagem do DUA compreende que as estratégias de ensino necessitam estar alinhadas a três redes neurais, pois a partir da ativação dessas áreas será assegurada a efetiva aprendizagem sendo elas: redes afetivas, redes de reconhecimento e redes estratégicas (Rose; Meyer; Gordon, 2014).



Fonte: Rose, Meyer e Gordon (2014).


Clique na ilustração para acessar AS DIRETRIZES DO DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM




ilustrado por freepik

Diante do exposto, compreende-se que, ao adotar uma estrutura educacional, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), a organização escolar deve estar alicerçada em uma abordagem policêntrica e em uma cultura de colaboração. Isso se deve ao entendimento de que todos os envolvidos no processo educacional, equipe gestora, professores, funcionários, profissionais especializados, familiares e os estudantes desempenham um papel ativo. Um planejamento de ensino que busca o acesso universal ao currículo exige a criação de uma cultura colaborativa, na qual cada membro é responsabilizado pelo processo de escolarização de todos (Romano; Zerbato; Mendes, 2023).


Compreendemos que é fundamental implementar um trabalho colaborativo, respaldado na abordagem do desenho universal para a aprendizagem, a articulação entre os professores do atendimento educacional especializado e de ensino comum, bem como outros profissionais que possam articular e desenvolver e criar juntos estratégias ou materiais e recursos tecnológicos que auxiliem as crianças no contexto da educação infantil, possibilita a aprendizagem significativa e uma escola mais inclusiva.



É importante citar que iniciamos a formação continuada de professores no ano de 2024 com o tema inclusão, formação que ocorreu para todos os professores e equipe da gestão escolar do município de Porto União, organizada pela gestão municipal.



Participamos da pesquisa de mestrado da professora Janaíne, participando no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria como grupo colaborativo.



Mediante as formações municipais e com o grupo colaborativo, aprimoramos a prática e o desenvolvimento do planejamento colaborativo aliando ao Desenho Universal para a Aprendizagem.

A seguir apresentamos a forma que estamos registrando o planejamento colaborativo; os planos de aula estão apresentados por turma. Cada professor tem a autonomia para criar suas aulas respaldadas no planejamento colaborativo e nas ações do trabalho colaborativo que vem sendo desenvolvido no núcleo.

Cada código criado ao lado dos princípios do Desenho universal para aprendizagem auxilia nas questões metodológicas do planejamento, sendo assim, optamos por inserir os códigos para facilitar a aplicabilidade e as ações desenvolvidas. O quadro segue ao final do planejamento para consulta e alinhamento das metodologias.



**Clique Aqui e
Visualize
Os Planejamentos**

REFÊRENCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre. 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC9_1_2016.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-reforca-politica-de-educacao-inclusiva>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**, nº 13.146 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 de jun de 2024.

CAST, UDL Book Builder. Massachusetts Department of Elementary & Secondary Education, NEC Foundation of America. The John W. Alden Trust, and the Pinkerton Foundation, 2013. Disponível em: <http://bookbuilder.cast.org/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CAST. Diretrizes de Design Universal para a Aprendizagem versão 2.2. CAST, 2018. Disponível em: <https://udlguidelines.cast.org/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves.; VILARONGA, Carla Ariela Rios.; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre a educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014, 160 p.

MENDES, E. G. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum**: dos especialismos às abordagens universalistas. 1. ed. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Encontrografia Editora, 2023.

Porto União, **Diretrizes Curriculares da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Porto União – SC**, Secretaria Municipal de Educação (SME), 2022. ISBN: 978-65-999648-0-0.

ROMANO, Soraia; ZERBATO, Ana Paula.; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho Universal para Aprendizagem: uma proposta ...múltiplos caminhos. In: MENDES, Enicéia. Gonçalves. (Org.) Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas. Rio de Janeiro: Encontrografia, 2023.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. 492 p. ISBN 978-85-66172-36-2.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. **Educação Especial**: Formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Contexto, 2023.

ROSE, David; MEYER, Anne. Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning. (Ensinando todos os alunos na era digital: Design Universal para Aprendizagem). Alexandria, VA: Associação para Supervisão e Desenvolvimento Curricular, 2002.

ROSE, David; MEYER, Anne; GORDON, David. Universal design for learning: Theory and practice, Wakefield MA: CAST, 2014.

IMAGENS

Freepik. **Vetores grátis**. 2024. Disponível em: https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-multirracial-de-punhos-levantados_8918905.htm . Acesso em: 12 set. 2024.

Freepik. **Vetores grátis**. 2024. Disponível em: https://br.freepik.com/vetores-gratis/ilustracao-de-pessoas-com-deficiencia-desenhada-a-mao_31751908.htm . Acesso em: 12 set. 2024.

Freepik. **Vetores grátis**. 2024. Disponível em: https://br.freepik.com/vetores-gratis/infograficos-de-criatividade-desenhados-a-mao_9891876.htm . Acesso em: 15 set. 2024.